



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL E O NEXO CONTRADITÓRIO ENTRE ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA COVID -19

MARINA MACIEL ABREU ¹

Resumo: Expõe elementos de problematização da intervenção profissional no enfrentamento à pandemia covid-19 no Brasil. Discute contradições entre assistência e solidariedade como necessidades históricas da classe trabalhadora, acentuadas no atendimento emergencial da pandemia, agravada no país pelo negacionismo e negligência do Governo Bolsonaro no controle sanitário e cuidado aos infectados, sobretudo segmentos mais empobrecidos. Aponta indicações críticas sobre a solidariedade entre classes antagônicas e a importância da solidariedade intra-classe trabalhadora como elemento de unidade e identidade da classe - referência para (re)pensar a intervenção profissional crítica no âmbito da assistência.

Palavras-chave: Serviço Social, Assistência, Solidariedade, Classe Trabalhadora, Pandemia Covid-19.

SOCIAL WORK AND THE CONTRADICTION NEXUS BETWEEN ASSISTANCE AND SOLIDARITY IN ADDRESSING THE COVID-19 PANDEMIC

Abstract: It exposes elements of problematization of professional intervention in the face of the covid-19 pandemic in Brazil. It discusses contradictions between

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Maranhão

assistance and solidarity as historical needs of the working class, accentuated in the emergency care of the pandemic, aggravated in the country by the denialism and negligence of the Bolsonaro Government in sanitary control and care for the infected, especially the most impoverished segments. It points out critical indications about solidarity between antagonistic classes and the importance of intra-working class solidarity as an element of unity and class identity - a reference for (re)thinking critical professional intervention in the scope of care.

Keywords: Social work, Assistance, Solidarity, Working Class, Covid-19 Pandemic.

1- INTRODUÇÃO

A tragédia sanitária e humanitária causada pela pandemia covid 19, nos anos 2020 e 2021, em todo o mundo, reverberou no aprofundamento da crise econômica, política e social, atestando o fracasso da sociabilidade estruturada sob a ordem do capital em relação ao atendimento às necessidades vitais da humanidade. Situação particularizada no Brasil pela mediação da necropolítica do Governo Bolsonaro no enfrentamento à pandemia em um contexto marcado pelo sucateamento dos serviços públicos, sobretudo na saúde, educação, proteção social, com implicações profundas no agravamento das desigualdades e suas manifestações mais perversas na vida classe trabalhadora, materializadas na precarização do trabalho, supressão de direitos, fome, falta de moradia, desemprego, falta de renda para garantir às necessidades mínimas de subsistência física de grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias. Ao mesmo tempo o assistencialismo é revigorado como necessidade ineliminável do

capitalismo e impulsionado o apelo à solidariedade diferenciada em relação às classes sociais. Situações complexas com as quais se defrontam as/os assistentes sociais no cotidiano da intervenção profissional nos espaços socioinstitucionais de implementação de serviços assistenciais cujas demandas se intensificam e se reconfiguram no contexto pandêmico.

Este texto discute o tema *Serviço Social e o nexos contraditório entre Assistência e Solidariedade no enfrentamento à pandemia covid-19* com o propósito de oferecer elementos de problematização da intervenção profissional profundamente tensionada pelo agravamento das precárias condições de trabalho, na dramaticidade da luta entre vida e morte e a elevação da demanda ao atendimento emergencial. Centra-se em dois eixos: a relação orgânica entre Serviço Social e Assistência; e o nexos contraditório entre Assistência/Assistencialismo e Solidariedade como necessidades históricas da classe trabalhadora e desafios do Serviço Social no enfrentamento à pandemia.

O primeiro eixo aborda a dialética da vinculação do Serviço Social à assistência na sua inserção histórica nas relações sociais. A assistência em suas diferentes formas de expressão (do assistencialismo caritativo e filantrópico ao estatuto do direito) constitui “o principal eixo de inserção orgânica do Serviço Social nas relações sociais” (LOPES,1999) com repercussões na constituição histórica do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, portanto, principal referência da natureza, da identidade e da cultura profissional como processos históricos; assim como o Serviço Social tem influência também sobre a assistência, como é exemplar, o protagonismo intelectual e político de assistentes sociais na instituição da assistência, como política de Seguridade Social, no processo constituinte que culmina com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que muitas reivindicações dos trabalhadores foram incorporadas como direitos; e a primazia da função dos/as assistentes sociais como agentes profissionais na implementação da política de assistência social através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O segundo eixo, imbricado ao primeiro considera o fortalecimento do assistencialismo no contexto de reformas neoliberais que desmontam direitos

conquistados pela classe trabalhadora e requisita a solidariedade indiferenciada sob o ponto de vista da luta de classes, embora seja ela elemento das relações de forças, presente nessa guerra dramática contra a pandemia, seja na forma da filantropia, principalmente a filantropia empresarial, como solidariedade entre classes antagônicas, que se move pela lucratividade, dissimulada no discurso da responsabilidade social; seja a solidariedade intra-classe trabalhadora, movida pela consciência política solidária derivada do sentimento de pertencimento e da identidade de classe; e as tensões da inserção do Serviço Social nas relações contraditórias entre a assistência/assistencialismo e solidariedade intra-classe trabalhadora como necessidades históricas da classe trabalhadora e referências para reconstrução da intervenção profissional crítica orientada pela necessidade histórica da emancipação humana.

2- A RELAÇÃO ORGÂNICA ENTRE SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA

A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista, ocorre vinculada à necessidade de racionalização da assistência, desde sua origem como forma de “ajuda aos pobres”, (assistencialismo caritativo e filantrópico), integrada às estratégias do Estado burguês, na dinâmica dos monopólios, quando “se enfrenta com a ‘questão social’ tipificada em políticas sociais” como afirma Netto (1992, p.70). Lógica engendrada na dinâmica da luta de classes sob o domínio dos interesses da reprodução ampliada do capital, tem sua maior expressão pós Segunda Guerra, nos países centrais, na experiência do Estado de Bem-Estar, em que são instaurados distintos e contraditórios sistemas de seguridade social. Tais sistemas consubstanciados na chamada solidariedade social - contraponto à solidariedade intra-classe trabalhadora -, embora respondam minimamente a reivindicações imediatas e mediatas da classe trabalhadora, direcionam-se fundamentalmente, em sua origem, não só para garantir a reprodução da força trabalho fora das relações de trabalho, mantendo as condições de exploração, como também reatualizam o controle político-ideológico sobre o operariado europeu organizado e atuante contra a exploração econômica e opressão política, impulsionado pelos movimentos revolucionários em que a vitória

da Revolução Russa, em outubro de 1917, é a principal referência.

Entretanto, na periferia do sistema, como é o caso do Brasil, se instaura o que Oliveira (1998) nominou de Estado de *mal-estar*, verdadeiro simulacro da experiência dos países centrais e, em relação à proteção social, a tendência se revelou em uma *política pobre para pobre* usando uma expressão corrente no debate político-intelectual sobre a assistência social nas últimas décadas. Expressão muito apropriada para um padrão assistencial baseado em mínimos sociais, sob as regras da política econômica pautada no neoliberalismo, que retira direitos da classe trabalhadora para atender aos interesses vorazes da reprodução do capital.

A assistência na sociedade capitalista em qualquer modalidade materializa formas de solidariedade entre classes vinculadas à necessidade retificada de reprodução da força de trabalho na condição de alienação e constitui uma das funções do Estado. “Qual é o Estado moderno que não cuida de seus pobres?” Assim indaga Marx (1989, p.260) na análise que faz das *Jornadas de junho de 1848*, na França, quando o direito ao trabalho (*droit au travail*) em que se resumiam as reivindicações revolucionárias do proletariado, no primeiro projeto da Constituição, “foi metamorfoseado no *droit a l’assistance*, no direito à assistência pública.” (idem). Embora o direito ao trabalho, como problematiza Marx, represente para a burguesia um contrassenso, um desejo mísero, contraditoriamente, significa dizer que,

(...) por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, seu submetimento à classe operária associada, portanto, a supressão do trabalho assalariado, do capital e da sua relação de troca. Por trás do direito ao trabalho estava a Insurreição de junho”.(idem)

Deste modo, pode-se entender o direito à assistência como *contrassenso* do *contrassenso*, sobretudo na periferia do sistema em que se mantem como *ajuda aos pobres*, e representa uma das mais fortes formas de legitimação do poder estatal, como são exemplares no Brasil: a centralidade do bolsa família na política assistencial desde os Governos Lula da Silva (2003/2011) e Dilma Rouseff (2011/2016) e o peso na legitimação desses governos, e agora o auxílio emergencial, é considerado a base dos mais de 30% de aprovação do atual (des)governo Jair Bolsonaro eleito em 2018 (Datafolha/dezembro/2022)

A *ajuda aos pobres* é a marca histórica do assistencialismo, presente na forma de assistência racionalizada, tecnicizada e, mesmo na condição de política pública de seguridade social, como foi qualificada a partir das conquistas constitucionais de 1988 no Brasil, na medida em que, no fundamental, desloca para o campo da política mediada pelo Estado, fora da relação salarial, a distribuição de migalhas que respondem mínima e precariamente à necessidade de reprodução da força de trabalho, e ideologicamente reproduz a condição de dominado do trabalhador e sua família, transmutados na figura do *pobre*.

Dada a imbricação histórica do Serviço Social à assistência, constitui também marca histórica da intervenção profissional, pela mediação que realiza na prestação direta da ajuda imediata e de ordem material, principalmente, envolta em forte conteúdo político-ideológico, problematizada por Mota (1987), como um *fetiche*, na forma do *feitiço da ajuda* que forja o *mito da assistência* (MOTA, 2008). Na origem da profissão essa relação se consagrou como “ajuda psicossocial individualizada” (Mary Richmond, 1977), primeira modalidade interventiva sistematizada na história da profissão.

A *ajuda* material se mantém entranhada à intervenção profissional pela centralidade da atuação na área da assistência e constitui a base de relações político-ideológicas, que conformam a tendência original da pedagogia da intervenção profissional, configurada na pedagogia da *ajuda* (ABREU, 2002), marcadamente individualizada e subalternizadora, na qual se sustenta historicamente a expressão tradicional da cultura profissional da assistência no Serviço Social. Reitera-se aqui o entendimento de que, a formação da cultura profissional tem a intervenção como referência primeira na relação orgânica com a formação profissional, vinculada à produção do conhecimento e à organização política da categoria – e mediação histórica da formação da identidade profissional. (LOPES, ABREU, CARDOSO, 2014)

O assistencialismo, ineliminável do capitalismo, mas, rechaçado pela profissão desde o primeiro momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, em meados dos anos 1965, no entanto em permanente atualização na sociedade e na política assistencial estatal, como é o caso no Brasil.

Para Oliveira (1998) trata-se do assistencialismo filantrópico público, a despeito de “sua metamorfose em política de assistência como direito” (LOPES, 2009), a partir da Constituição/1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), e implementada pelo Sistema único de Assistência Social (SUAS/2005).

É importante atentar para o lugar da assistência no movimento de crítica e renovação profissional com o avanço nos anos 1970/80, da tendência de ruptura ao conservadorismo que culmina com a *virada* profissional e deslança a construção e hegemonia do projeto ético-político profissional, sustentado no pensamento crítico marxista. Sob o marxismo se consolida a pesquisa e a produção do conhecimento nos últimos 40 anos, impulsionadas pela pós-graduação criada nos início dos anos 1970,² cujo acúmulo intelectual, embora ainda considerado de baixa produtividade se comparado às demais áreas com maior tradição científica, chancela a institucionalização do Serviço Social como área de conhecimento em 1982 pelo CNPq. O estatuto conquistado como área de conhecimento e a consciência e organização política da categoria profissional como classe trabalhadora, sustentados no pensamento crítico marxista, são fundamentos na escalada da profissão no seu redimensionamento em confronto permanente ao conservadorismo e ao pragmatismo, vinculado à necessidade histórica de emancipação da classe trabalhadora – base da emancipação de toda humanidade – que passa pelas conquistas democráticas no campo dos direitos. Nesse processo, a assistência sem dúvida tem um grande peso enquanto principal espaço de intervenção e eixo temático de produção de conhecimento crítico, talvez o eixo de maior articulação nacional entre pesquisadoras/es da área do Serviço Social com elevado reconhecimento da produção científica e interlocução com outras áreas de conhecimento, com repercussão na formação e exercício profissional no país e em outros países.

Na atual conjuntura além das precárias condições institucionais, trabalhistas, políticas, etc., de implementação da política de assistência através do SUAS, esta

²Os dois primeiros cursos de mestrado na área do Serviço Social foram criados em 1971 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em 1972 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

encontra-se reduzida, burocratizada, focalizada, individualizada, comprovadamente “não é nem de longe, prioridade estatal”, como afirma Oliveira (1998), situação que chega a extremos de crueldade com a austeridade da agenda neoliberal desde o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2006, que culmina com o impeachment da Presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff, nos governos Temer e Bolsonaro, este representante das forças extrema direita reacionária.

Os resultados da recente pesquisa de avaliação do SUAS, divulgada na obra *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil – disputadas e resistências em movimento*, organizada pelas Professoras Raquel Raichelis (PUCSP), Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA), Berenice Rojas Couto (PUSRS) e Maria Carmelita Yazbek (PUCSP), em 2019, são elucidativos do quadro dramático em que se encontra o SUAS, cuja viabilidade é colocada em risco, sobretudo quando os ajustes econômicos se concentram nos investimentos sociais, e a política de assistência é a mais afetada como analisou Silva e Silva (2018) interrompendo uma trajetória orçamentaria ascendente desde 2004.

Nesse quadro de aprofundamento da realidade de pobreza do país, diante do desemprego estrutural tem-se medidas de ajustes econômicos, como a *PEC do fim do mundo, EC 95*, que congela os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, atinge diretamente serviço público e salários dos servidores; pela reforma trabalhista, a regulamentação da terceirização, e a criminosa reforma da previdência que retira direitos conquistados historicamente, além do sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), e do SUAS. Reafirma-se que nesse contexto, a luta pela seguridade é legítima e necessária, como forma de acesso de bens e serviços que respondam a demandas imediatas de grande parte da classe trabalhadora empobrecida na luta cotidiana para manter-se viva. Entretanto, reitera-se como elemento de problematização, o significado histórico da luta pelo direito à assistência pública que cresce na sociedade e no meio profissional, cuja centralidade pode obstruir a luta que é fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho, em que pese as suas contradições, como antes mencionado. Assim, a política assistencial fetichizada é forjada face ao aprofundamento de pobreza da classe trabalhadora, nessa contextualidade, que como sujeito coletivo da emancipação encontra-

se, golpeada pelas estratégias destrutivas da vida e da natureza que se adensam a partir dos anos 1990, sob o neoliberalismo, “pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual” (Oliveira, 2003) que aprofundam precarização, o desemprego, a fragmentação e o enfraquecimento das suas formas de luta e resistência, e atingem a solidariedade intra classe trabalhadora em sua base material de constituição histórica.

Nesta condição, essas classes vivem também profunda contradição entre a necessidade histórica de organização na perspectiva da emancipação sustentadas na solidariedade, e, ao mesmo tempo, e imediatamente, a necessidade e a dependência de políticas assistenciais míseras (LOPES, ABREU, ALCÂNTARA, 2008) que constituem base de sustentação do assistencialismo. (LOPES, 2009, p.25).

Essa contradição tem fundamento no trabalho alienado que no mesmo movimento gera a pobreza e a riqueza, mas como dito antes tem a potencialidade de subverter a ordem na direção de relações transformadoras da necessidade em liberdade, como necessidade histórica³.

Nessa linha de problematização, cabe reiterar, que a grande massa dos assistentes sociais como profissionais, intelectuais, encontra-se profundamente vulnerabilizada na condição de trabalhadores assalariados suscetíveis à ofensiva ideológica do conservadorismo impregnada em toda as dimensões da vida, em que o Estado na função precípua de *educador* das massas (GRAMSCI, 1999, CC11; MANDEL, 1982) tem papel fundamental na difusão e inculcação da ideologia do conservadorismo como concepção de mundo unificadora de toda sociedade⁴. O Serviço Social constitui uma das mediações político-ideológicas mobilizadas pelo Estado para a educação das massas, portanto contraditoriamente, rompe, resiste, confronta, influencia e é influenciado por essa ideologia.

O assistencialismo reificado na política de assistência marca as respostas do Estado à tragédia sanitária e humanitária causada pela pandemia, em que é

³Para aprofundamento sobre a temática das necessidades sob o ponto de vista da tradição marxista, são enriquecedoras as análises de MÉSZÁROS, I. Kant, Hegel e Marx: a necessidade histórica e o ponto de vista da economia política In: _____. Filosofia Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Editora Ensaio, 1993; e, HELLER, A. La teoria de las necesidades en Marx. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

⁴Gramsci na análise da função educativa do Estado vincula a escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa regressiva e negativa, como iniciativas estatais às quais se articulam para esse fim uma multiplicidade de outras iniciativas privadas (GRAMSCI, 2000, CC12), em que a escola, família e a religião são as mais importantes instituições de controle e formadoras da cultura (GRAMSCI, 1999, CC11; MÉSZÁROS, 2002).

exemplar a barganha política para aprovação do auxílio emergencial e a burocratização criminosa do acesso aos que dele necessitam o que recoloca como necessidade o apelo à solidariedade. Nesse terreno minado, dramático e extremamente contraditório, estão assistentes sociais na linha de frente no enfrentamento à pandemia.

3- O NEXO CONTRADITÓRIO ENTRE ASSISTÊNCIA/ASSISTENCIALISMO E SOLIDARIEDADE E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

A chamada solidariedade social, hoje em crise, é a principal expressão da solidariedade entre classes – trata-se, como dito, de uma modalidade organizada pelo Estado via sistemas de seguridade social, consolidada no bojo do Estado de Bem-Estar, funcional aos interesses da acumulação e dominação capitalistas. Tal solidariedade apresenta-se de forma genérica e indiferenciada como contraponto à caridade religiosa e à filantropia e contraditoriamente, como conquista do trabalhador, sujeito de direito ao serviço público via acesso a bens e serviços garantidos pelo Estado, ou seja, acesso ao direito à assistência pública, como vimos, através do qual foi metamorfoseado, o direito ao trabalho.

Encontra-se em crise desde os anos 1970 no mundo, o esgotamento das condições históricas do pacto fordista/keynesiano que deu sustentação ao Estado de Bem-Estar e com ele se exaure a chamada solidariedade social na base dos sistemas de seguridade social, a partir do desmonte dos direitos sociais pelas reformas neoliberais do Estado para o mercado e se fortalece a filantropia. As políticas sociais são transformadas em mercadorias a serem exploradas por empresas privadas (saúde, educação, saneamento, energia, etc.) movidas pela lucratividade, sob o disfarce da chamada *publicização*, ou o chamado *público não estatal*, mediante a regulamentação e disciplinamento do repasse de recursos públicos e responsabilidades para grupos diversificados da sociedade (como as tradicionais instituições filantrópicas, ONG's, fundações empresariais, dentre outras). Essas instituições reconfiguradas passam a compor com outras expressões das

chamadas instituições sem fins lucrativos, o denominado *terceiro setor* - já amplamente problematizado na literatura e no debate acadêmico profissional⁵. No âmbito da assistência essa relação é a regra de ouro como acentuou Kameyama (2000) da estruturação dos serviços assistenciais, prestados por organizações da sociedade, predominantemente, com recursos públicos e avaliados pelo Estado. Essa relação está ancorada em uma das contradições da própria LOAS, na Seção II das Diretrizes da organização da assistência social, art.5º, inciso III, que preconiza a “primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.” (BRASIL,1993)

A solidariedade indiferenciada entre classes, portanto, está inserida na base das relações capital e trabalho, com forte apelo ideológico, tende à ocultação da diferenciação entre classes e ao enfraquecimento da resistência e da luta da classe trabalhadora - na medida em que se converte em *colaboracionismo* entre sujeitos antagônicos nos âmbitos da produção e reprodução sociais, e se revigora como elemento estratégico no processo de organização de uma pretensa cultura do consenso. Ofensiva que incide na *materialidade* e *subjetividade* da classe trabalhadora, (ANTUNES,1995) e inflexiona como dito, a base material da solidariedade intra classe trabalhadora.

No âmbito da produção, a solidariedade entre classes coloca-se como uma condição ideológica na reestruturação dos processos produtivos sob a lógica das inovações técnico-organizacionais introduzidas a partir do toyotismo/ohnismo e se consubstancia, como dito, na retórica da cooperação, da colaboração mediante *descentralização* e *democratização* das relações de trabalho, e dos chamados *programas participativos*, em que os programas de qualidade total são paradigmáticos. Análises da intervenção do Serviço Social empresas capitalistas, como as de Cesar (1998), evidenciam demandas ao Serviço Social para participar, colaborar e assessorar Círculos de Qualidade, dentre outras requisições na linha da cooperação e participação para enquadramento do trabalhador na lógica empresarial.

⁵Ver MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

Nesse movimento de flexibilização econômica, o cooperativismo, histórica estratégia da luta dos trabalhadores fundada na solidariedade intra-classe contra a exploração capitalista, é distorcido em seus princípios político-ideológicos para servir como estratégia de superexploração, ao ser transmutado em instrumento da terceirização das relações de trabalho. Assim, responde sob o ponto de vista da lucratividade às necessidades de enxugamento e horizontalização das plantas fabris; como também sob esse viés distorcido da terceirização, o cooperativismo, sobretudo as cooperativas de trabalho são utilizadas como saídas ao desemprego estrutural (TORREÃO, 2014), que atinge também as/os e assistentes sociais como força de trabalho desempregada. Nessa mesma linha estão as cooperativas de trabalhadores, na tentativa de recuperação econômico-financeira de empresas capitalistas falidas.

Em contraposição à exploração capitalista e na luta pelo desemprego, o cooperativismo é revigorado na luta dos trabalhadores inspirados nos princípios de cooperação e da solidariedade intra-classe, materializado em formas coletivas de inserção produtiva e distribuição autogeridas, adequadas às necessidades, possibilidades e valores dos que não têm capital individual e não almejam possuí-lo (SINGER, 2002), como é o caso mais significativo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a partir da luta pela terra no enfrentamento à questão agrária, na dinâmica do seu programa de Reforma Agrária Popular. Entretanto, nesse campo de luta dos trabalhadores organizados em cooperativas populares, também é inserida por estudiosos com Singer (2002), a experiência polêmica da chamada economia solidária.

No âmbito da reprodução implementam-se as chamadas estratégias de *participação solidária*, direcionadas para a redução dos gastos sociais públicos, nas respostas às demandas da classe trabalhadora, mediante o desmonte, como dito, do chamado pacto da solidariedade social consubstanciado em políticas redistributivas (via garantia de direitos sob a forma de salários indiretos) para políticas focalizadas na pobreza extrema (dadas as condicionalidades sócio- econômicas para acesso) em que as políticas *assistenciais míseras*, têm centralidade. Verifica-se, então, a reatualização da filantropia em suas expressões tradicionais marcadas pelo

assistencialismo caritativo e introduzidas novas configurações sob a forma da chamada filantropia empresarial.

A filantropia empresarial agrega um valor social aos produtos e negócios das empresas, e ao mesmo tempo revela-se instrumento de desmobilização política dos trabalhadores, na medida em que é viabilizada sobremaneira mediante a requisição do trabalho *voluntário* dos funcionários, que nada mais é do que expropriação do tempo livre do trabalhador (CUNHA,2004), trabalho este que passa a constituir elemento de avaliação do envolvimento e compromisso do trabalhador na empresa. A constituição da solidariedade intra-classe trabalhadora como necessidade e possibilidade na luta pela emancipação humana é aqui pensada como uma questão no âmbito dos impactos que as transformações ocorridas nas formas de organização da produção e do trabalho tiveram sobre no mundo do trabalho e nas organizações de mediação política dos trabalhadores mediadas pelo Estado como estrutura totalizante do sistema de controle social pelo capital (MÉSZÁROS,2002). Destacam-se as condições objetivas de constituição da classe trabalhadora como classe para si, as condições objetivas da consciência de classe profundamente tensionadas, sobretudo a com fragmentação da base material da solidariedade intra-classe, enquanto elemento histórico da organização autônoma da classe trabalhadora na luta pela emancipação humana. O processo de fragmentação vem desde o final do século XIX com o desenvolvimento da acumulação capitalista em sua escalada imperialista (MÉSZÁROS, 1996), intensificada posteriormente no contexto do Estado de Bem-Estar e da atual reestruturação flexível.

Nessa perspectiva a sua construção/reconstrução ocorre na luta nacional e mundializada dos trabalhadores como elemento constitutivo da consciência e da identidade dessa classe. Nesse movimento, de tendência nacional e internacional, tem avançado a organização e a luta social em torno da questão ambiental e das desigualdades étnico-raciais, de gênero e idade dentre outras clivagens, cujos sujeitos são, em grande parte, colocados em articulação através de sistemas de redes e das chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais).

No contexto pandêmico as desigualdades no Brasil, como dito, se aprofundam pelo descaso e a indiferença do Governo Bolsonaro em relação à

gravidade e à pressa de respostas postas pela tragédia, social e humanitária e ganham força e visibilidade nacional as iniciativas da classe trabalhadora de solidariedade e mobilização popular nas favelas, bairros periféricos das cidades, assim como junto aos trabalhadores empobrecidos no campo, articulada por organizações sindicais e populares como MST, MTST, partidos de esquerda, igrejas e outras instituições. São ações financiadas principalmente através de doações em dinheiro de militantes e apoiadores, do produto e estruturas de trabalho dos próprios sujeitos atendidos, como é caso das cooperativas de costureiras, restaurantes, prestadores de serviços, dentre outros e, sob a forma de trabalho solidário e também contam com doações de empresas que acabam fortalecendo os interesses da filantropia empresarial. Essas experiências vão respondendo a necessidades imediatas relacionadas à fome, aos cuidados de proteção e ao repasse de informações ao desenvolvimento de um processo pedagógico de formação de consciência sobre a prevenção da doença e relacionadas às desigualdades escancaradas pela pandemia.

O engajamento profissional de assistentes sociais nessas experiências relatado em *lives* sobre o trabalho profissional do assistente social frente à pandemia, em que são apresentadas experiências solidárias de assistentes sociais que fazem a diferença em relação à afirmação do compromisso ético-político e ao redimensionamento da atuação profissional na prestação da assistência emergencial no confronto ao assistencialismo, que emocionam pela força do conteúdo ético-humanista.

A solidariedade impulsiona profissionais movidos pelo sentimento humanitário de defesa da vida, a utilizar a criatividade na realização de ações em seus locais de trabalhos voltados para colher e levantar e socializar informações sobre a doença e condições de famílias; a partilhar das angústias e desalentos frente ao à disseminação do vírus - inimigo desconhecido devastador-, a encaminhar e pressionar junto a instituição agilidade na concessão dos benefícios solicitados, a realizar atividades de apoio logístico aos usuários e suas famílias. E, também a sair ao encontro dos usuários em seus locais de moradia, para identificar e visitar organizações e lideranças comunitárias, artísticas e religiosas, dentre outras, obter e

ampliar informações sobre a doenças e condições de vida das famílias, à divulgar informações sobre a doença famílias, assim como articular e fortalecer vínculos sociais e políticos na construção de formas coletivas de enfrentamento da doença, da fome e de geração de renda.

A solidariedade intra-classe trabalhadora é assim fortalecida e, em relação ao Serviço Social, vem sendo realçada e pode significar um vetor fecundo a ser aprofundado, como possibilidade estratégica político-pedagógica fundamental nessa luta, que pode redimensionar a atuação profissional na ação assistencial, na direção do fortalecimento da organização e da resistência e revigorar a retomada da educação popular como estratégia nos debates sobre a intervenção profissional.

O debate sobre a solidariedade de classes no Serviço Social se impõe no contexto pandêmico, sem dúvidas as entidades como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) protagonizaram ações efetivas que marcam a importância da temática, como um elemento inerente à natureza ético-política do projeto profissional crítico num contexto em que se confrontam iniciativas distintas das classes sociais no enfrentamento dramático à pandemia no país, e coloca na pauta do debate profissional questão tão fundamental no processo de redimensionamento ético-político profissional da profissão nas contradições que engendram as desigualdades, a necessidade da assistência e do Serviço Social nessas mediações.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se a importância do debate dos fundamentos e contradições entre Serviço Social, Assistência/Assistencialismo e Solidariedade não apenas na particularidade do atendimento emergencial à pandemia covid-19 no país, mas, como uma questão ainda pouco enfatizada no debate profissional, que se impõe como eixo constitutivo da natureza da intervenção profissional. Nesta discussão merecem destacar como desafios:

- o reificado assistencialismo na política de assistência agravado pelos ajustes econômicos, notadamente a PEC do fim do mundo, EC 95, que dentre outros prejuízos: precariza o serviço público em todas as áreas, em detrimento à garantia de direitos, como é exemplar o desmonte dos sistemas SUS e SUAS, mesmo sucateados constituíram recursos indispensáveis no enfrentamento da tragédia sanitária e humanitária causada pela pandemia; e, rebaixa as condições de trabalho e de vida dos servidores públicos, dentre eles os assistentes sociais;

- o apelo à solidariedade penetra diretamente o espaço de atuação profissional dos assistentes sociais, daí a importância de centrar força na análise crítica das situações concretas no cotidiano da intervenção profissional, e inserir o debate da solidariedade intra-classe trabalhadora, como um vetor fecundo a ser aprofundado, no (re)pensar da intervenção profissional nos limites históricos da assistência, na direção do atendimento às necessidades imediatas e mediatas da classe trabalhadora.

Reafirma-se que a solidariedade intra-classe trabalhadora como elemento de unidade e identidade classe pertence à natureza ético-política do projeto profissional crítico, portanto, fundamental no permanente processo de redimensionamento da profissão nas contradições que engendram as desigualdades, a necessidade da assistência e da intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002a.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus a trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

BRASIL. Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993. (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 10.ª Região. **Coletânea de leis**.

CESAR, Monica de Jesus. Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org) *A nova fábrica de consensos*. São Paulo, Cortez, 1998. Cesar (1998)

CUNHA, Núbia Maria Dias da. O Trabalho Voluntário e a Responsabilidade Social Empresarial: a expropriação do tempo livre como estratégia de envolvimento cooptado do trabalhador". Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós-Graduação e Políticas Públicas, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (1926-1937). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1 – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (1926-1937). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.

KAMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília,DF: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000. p.217-224. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4).

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano 8, n. 12, p. 21-30, 2009.

_____; ABREU, Marina Maciel; ALCÂNTARA, Marli Ferreira. The Popular Classes in the Outskirts of the World Capital: between the need of organization of the struggle for emancipation and the need of assistance policies. In: BIENAL CONGRESSO F THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOLS OF SOCIAL WORK, 34., 2012, Durban, South Africa. **Anais** [...]. Durban, South Africa: IASSW/AIETS, 2008.

_____; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes;. O caráter Pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas populares. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social. Uma relação Necessária**. São Paulo Cortez Editora, 2014. p. 195-2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl . O 13 de junho de 1849 (As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850). In FERNANDES, Florestan (org). **Marx e Engels**. São Paulo, Ática, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: UNICAMP; Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo: Cortez, 1987.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. *In*: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998b. p. 11-16.

_____. **Crítica À Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, Raquel D; SILVA, Maria Ozanira da Silva; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil – disputadas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019

RICHMOND, Mary E. **Caso Social Individual**. Buenos Aires, Hvmantas, 1977.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Apolítica de Assistência Social e o Sistema único de Assistência Social (SUAS): processo de construção e de desmonte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ABEPSS, 2018.
Singer 2002

TORREÃO, Marlene Corrêa. Cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo: a resistência do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Maranhão. 2014. **Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/ Programa de Pós-Graduação e Políticas Públicas, 2014